

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 04/09/2015 - Edição 1347

Vigilantes avisam: se a chantagem com a 12x36 continuar, a categoria vai partir para a greve em todo o país



Dirigentes sindicais aprovaram greve nacional caso patrões persistam na chantagem

Durante a reunião da diretoria executiva da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) realizada nesta quinta-feira (3) em Salvador (BA), os vigilantes decidiram partir para a greve caso os empresários e a federação patronal Fenavist continuem atacando o direito da escala 12x36. A CNTV orienta ainda que suas entidades filiadas não negociem qualquer alteração na jornada.

Por se tratar de uma jornada exaustiva, a súmula 444 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) prevê a possibilidade de se trabalhar 12 horas seguidas e gozar de 36 horas

de descanso. O acerto precisa ser feito via Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e não pode, como os patrões vêm ameaçando fazer, ser extinta por decisão unilateral.

Também é direito do trabalhador em regime 12x36 receber em dobro os feriados trabalhados, quando isso ocorrer em seu dia de folga.

O presidente da CNTV, José Boaventura, destacou que a jornada 12x36 é conquista dos vigilantes e que não pode ser retirada, nem utilizada como instrumento de chantagem. "Direito não se retira, se amplia! Não vamos cair nas

investidas da Fenavist e acreditar que a 12x36 chegou ao fim. Se insistirem na chantagem vamos parar", avisou.

O deputado distrital e secretário de Assuntos Parlamentares da CNTV, Chico Vigilante confirmou a convocatória para uma greve nacional. "Se o patronato quiser mexer neste direito que foi construído com muito sangue e suor dos trabalhadores, nós iremos convocar uma Greve Geral Nacional dos Vigilantes em defesa da jornada 12/36", garantiu.

Fonte: CNTV

Sindicato dos Vigilantes do Amazonas pede apoio dos deputados para evitar demissão de vigilantes do Governo do Estado



Em espaço cedido pela deputada Alessandra Campelo, o presidente do Sindevam, Valderli Bernardo, pediu apoio para tentar evitar demissão de mais de quatro mil vigilantes

O Sindicato dos Vigilantes do Amazonas foi à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE/AM) pedir apoio dos deputados para evitar a demissão de quatro mil trabalhadores que fazem a segurança dos prédios públicos. Em sessão de tempo, concedida pela deputada estadual Alessandra Campelo (PCdoB), o

presidente do Sindevam, Valderli Bernardo, disse que a categoria está apreensiva e insatisfeita com o anúncio do governador José Melo, que pretende substituir os vigilantes por agentes de portaria.

“O governador usa como argumento a economia, mas a diferença entre um profissional e outro é de apenas R\$ 1 mil. Não justifica deixar os prédios públicos, escolas e a população que frequenta esses lugares sem segurança especializada, por causa desse valor”, disse Valderli.

A deputada Alessandra afirmou que a economia é pequena diante do problema social que será causado para a população em geral, não só para os vigilantes. “Sem desmerecer os agentes de portaria, mas a economia é pequena diante do problema social e de segurança a que os prédios públicos e às pessoas estarão submetidas”, declarou, ressaltando

que pelo menos 16 mil pessoas serão atingidas diretamente com a demissão dos quatro mil vigilantes.

De acordo com o presidente do Sindicato, o Estado paga R\$ 6,9 mil por um posto que garante 24h de vigilância. Já para o agente de portaria, a diferença seria de menos de R\$ 1 mil.

“A diferença entre um e outro é que o vigilante precisa fazer curso em academia de formação e ter o aval do Ministério da Justiça. Já o agente de portaria, pode ser qualquer pessoa. Não há especialização para a função”, explicou Valderli.

O deputado Belarmino Lins (PMDB) se comprometeu a encaminhar um documento para o governador José Melo explicando a diferença de valores e funções para tentar sensibilizá-lo.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes do Amazonas

Carro-forte é assaltado em Hiper Bompreço no Recife

Segundo testemunhas, homens armados renderam seguranças do veículo. Dinheiro seria utilizado para reabastecer caixas eletrônicos do subsolo.

Um carro-forte foi assaltado no Hiper Bompreço do bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife, no final da manhã desta quinta-feira (3). Segundo testemunhas, um grupo com cerca de seis homens armados rendeu os seguranças do veículo pouco antes do meio-dia. Ninguém se feriu, mas a polícia não informou a quantia levada.

Clientes do supermercado que presenciaram o assalto contam que não houve troca de tiros. Eles também disseram

que o dinheiro roubado seria utilizado para reabastecer os caixas eletrônicos que ficam no subsolo do estabelecimento. Ainda segundo as testemunhas, a polícia chegou ao local cerca de 15 minutos depois da investida criminosa.

O 11ª batalhão da Polícia Militar, que atende a área, confirmou o roubo, mas não passou mais nenhuma informação sobre a ocorrência. A rede Walmart, responsável pelo supermercado, também confirmou o assalto. Mas, assim

como a polícia, não informou como se deu a ação dos bandidos. Em nota enviada ao G1, o Bompreço acrescentou apenas que ninguém ficou ferido e que está colaborando com as investigações.

Fonte: G1



Ação garante pagamento de salários de vigilantes do INSS em Itabuna (BA)



Sindvigilantes/BA encaminhou denúncia ao MPT. Pagamento de salários dos vigilantes está garantido.

Servidores terceirizados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no município de Itabuna, interior da Bahia, enfim receberão os salários de abril, maio e junho não pagos pela empresa prestadora de serviço Rhema Segurança Universal Ltda., com sede em Salvador.

A decisão é da 4ª Vara do Trabalho de Itabuna, em ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia. Os salários serão pagos com o valor depositado pelo INSS em conta judicial referente a pagamentos retidos à empresa. A forma de quitação das indenizações trabalhistas ainda está sendo discutida no processo.

O inquérito do MPT identificou que a empresa e seus dois sócios – Paulo Martins de Sá Oliveira e Pedro Vasconcelos de Faria – não pagaram os salários dos empregados, além de estar inadimplentes em relação a outras obrigações trabalhistas.

Com fim do contrato, em junho, o MPT acionou a empresa e o INSS para garantir o pagamento dos salários e das indenizações, que ainda serão discutidas no mesmo processo. O MPT solicita que sejam bloqueados R\$1,588 milhão nas contas da empresa e seus sócios como garantia para a quitação de todos os débitos trabalhistas ainda existentes.

O MPT ainda pede na Justiça que a Rhema, seus sócios e o INSS paguem indenização de R\$500 mil por danos morais coletivos a ser revertida a entidades sem fins lucrativos ou para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além disso, o MPT solicita o pagamento de indenização por danos morais individuais de R\$5 mil para cada trabalhador.

A denúncia foi encaminhada ao MPT por terceirizados do INSS e pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Estado da Bahia (Sindvigilantes). A partir dos

relatos, a procuradora Ana Raquel Pacífico instaurou o inquérito civil para apurar o caso e constatou que em 10 de junho de 2015 a Rhema deixou de prestar serviços de vigilância para a Agência Executiva de Itabuna do INSS e foi substituída por outra empresa.

A Rhema alegava falta de capital para pagamento dos trabalhadores, já que o contrato com o INSS teria chegado ao fim. Por isso, dispensou sem justa causa todos os seus 118 empregados. O INSS informou que o valor devido aos ex-empregados da Rhema, incluídos os saldos salariais e as verbas rescisórias, totaliza R\$ 919.083,56. Com esses dados, o MPT solicitou que todos os créditos e garantias bancárias que a Rhema possui com o INSS ficassem indisponíveis e que a quantia equivalente a R\$ 597.650,20 fosse depositada para disposição da Justiça, servindo para pagar aos trabalhadores, o que foi feito pelo órgão e agora autorizado pela Justiça.

O objetivo da ação é garantir aos trabalhadores dispensados o pagamento de verbas rescisórias, recolhimento do FGTS, contribuições previdenciárias e saldos de salários, além de férias vencidas e proporcionais com 1/3, décimo terceiro salário, multa de 40% sobre o saldo do FGTS, além da emissão de guias do seguro desemprego.

Fonte: Blog Sempre na Luta



Polícia Federal prende um dos donos da Embraforte

FRAUDE CONTRA A CAIXA

EM 2013, A POLÍCIA FEDERAL INSTAURA INQUÉRITO PARA APURAR SUSPEITA DE FRAUDES CONTRA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E LOTÉRICAS, EMAM DOIS ESQUEMAS:

CAIXA ELETRÔNICO

Os equipamentos de clientes da Embraforte geralmente eram abastecidos com cerca de R\$ 200 mil por vez. No entanto, nos malotes preparados pela empresa havia com frequência apenas 50% do valor



Os vigilantes levavam o dinheiro em malotes da Embraforte até os caixas que seriam abastecidos. No local, na hora em que o chefe da equipe abria o malote para fazer a conferência dos valores, percebeu que o valor descrito na guia para o serviço não batia como montante de dinheiro dentro do pacote



Mesmo assim recebiam ordem da empresa para efetuar o depósito e informar o valor total no visor do caixa eletrônico

LOTÉRICAS

A Embraforte era contratada por lotéricas da capital para recolher o dinheiro das caixas e levar para uma tesouraria



Os donos das lotéricas registravam em guia o valor retirado pela Embraforte, porém, o dinheiro nem sempre chegava ao destino. O rombo seria de pelo menos R\$ 8,5 milhões



A PF concluiu o inquérito, que foi para o Ministério Público Federal. Não há informação sobre indiciados

PRINCIPAIS CLIENTES

% DO FATURAMENTO DA EMPRESA

Banco do Brasil

60%



Caixa Econômica Federal

25%

INDICIADOS

MARCOS ANDRÉ PAES DE VILHENA

Foragido

SÓCIO MAJORITY

PEDRO HENRIQUE GONÇALVES DE VILHENA

Preso

FILHO DE MARCOS ANDRÉ

MARCOS FELIPE GONÇALVES DE VILHENA

Foragido

FILHO

EMBRAFORTE

- Empresa especializada em transporte de valores
- Comprada pelos indiciados em 2005, fechou em janeiro de 2014



OUTRO GOLPE ENVOLVENDO A EMPRESA

Golpe no Banco do Brasil

Proprietários e gerente foram indiciados por suspeita de roubar R\$ 22,7 milhões do BB. Não há informações de por quanto tempo o golpe funcionou, mas a empresa prestou serviços ao BB de 2007 a 2013

A Polícia Civil concluiu o inquérito e o enviou para o Ministério Público de Minas, que ainda não definiu se vai denunciar os envolvidos. Quatro pessoas foram indiciadas

INQUÉRITO DA POLÍCIA CIVIL, REQUERIDA OBTEN

A Polícia Federal prendeu nesta quinta Pedro Henrique Gonçalves de Vilhena, um dos donos da Embraforte, e até o fechamento desta edição dava seu pai, Marcos André Paes de Vilhena, e irmão, Marcos Felipe Gonçalves de Vilhena, como foragidos. A empresa de transporte de valores é alvo de vários processos por crimes cometidos contra bancos e lotéricas.

A investigação que culminou com os mandados de prisão aponta um desvio de R\$ 13 milhões da Caixa Econômica Federal, feito através de fraudes no abastecimento de caixas eletrônicos, e também de R\$ 8 milhões de desvios de malotes de lotéricas. Os golpes seriam aplicados pelo menos em Belo Horizonte e região e no Sul do Estado.

Pedro Henrique está detido em São Paulo, onde os mandados foram cumpridos. Os três suspeitos são irmão e sobrinhos da ex-secretária de Planejamento e Gestão de Minas, Renata Vilhena. O grupo esteve à frente Embraforte de 2006 a 2014, quando fechou as portas. Nesse período, a empresa prestou serviço para a Caixa e era responsável por fazer o reabastecimento dos caixas eletrônicos, além de transportar

os valores em dinheiro das lotéricas para serem depositados nas agências bancárias.

Entenda. A fraude era feita de duas maneiras. Na hora de reabastecer os terminais eletrônicos, os vigilantes da Embraforte saíam com a guia de controle trazendo um valor maior que o existente no pacote transportado. Quando abriam o malote para colocar o dinheiro no caixa, os vigilantes percebiam a divergência, porém eram coagidos a indicar no sistema bancário que o abastecimento estava sendo realizado com o valor devido.

Outra forma era com a apropriação do dinheiro das lotéricas. Eles recolhiam os valores, mas não faziam o depósito junto à Caixa.

Segundo a Polícia Federal, a Caixa suspeitou do esquema quando começou a perceber as diferenças, e a Embraforte não conseguiu explicar o paradeiro do dinheiro que faltava. O dinheiro, conforme a PF, era usado para pagar despesas da empresa, inclusive o salários dos funcionários.

“Éramos obrigados a fazer os depósitos com a quantia menor do que informávamos no caixa eletrônico. Depois do início das fraudes, o nosso pagamento

começou a ser feito em dinheiro vivo. Fazíamos fila no quinto dia útil para receber o salário”, contou um ex-vigilante da Embraforte que pediu para não ser identificado.

A polícia ainda indiciou dois gerentes da empresa, assim como os três sócios, pelos crimes de estelionato e apropriação indébita. Eles podem pegar até 20 anos de prisão.

BB. Além da fraude contra a Caixa, os donos das empresas também respondem a processo na Justiça de Minas, por fraude de R\$ 22 milhões contra o Banco do Brasil.

Vítima. Em setembro de 2010, R\$ 45,8 milhões foram roubados da Embraforte, e o crime foi considerado o maior da história de MG. Funcionários levantaram a suspeita de que o roubo seria uma fraude dos donos da empresa, o que foi descartado pela polícia. Seis pessoas foram presas, e o dinheiro nunca foi achado.

Escravo. A Embraforte também responde processo por trabalho escravo, por submeter funcionários a jornadas exaustivas e em condições insalubres.

Advogados. A reportagem tentou contato com os advogados da Embraforte em São Paulo, sem sucesso.

Fonte: O Tempo

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF